

Apresentação

Os textos que enfeixam este volume 8, número 2, de *Patrimônio e Memória*, expõem em suas seções: dossiê, artigos, acervos e resenha, assuntos de seu interesse, caras e caros leitores. O tema do volume, nomeado de **Folclore e patrimônios: leituras plurais**, discute o patrimônio cultural brasileiro, expresso em manifestações populares festivas e em registros documentais e imagéticos sobre diferentes experiências da coletividade brasileira, que vêm possibilitando diferentes leituras para sua apreensão.

Os três primeiros textos apresentam reflexões sobre o campo das expressões folclóricas e da escrita de seus intelectuais, da década de 30 e seguintes, do século XX, que se preocuparam em demarcar a especificidade daquelas manifestações culturais, elaboradas no campo popular e sua relação com as eruditas, em espacialidades distintas: Santa Catarina, Goiás e Rio de Janeiro. O primeiro deles apresenta aspectos do debate sobre folclore no Brasil, enfocando as diferenciações de posições entre os seus integrantes para definir o “fato” folclórico e, também, a atuação de folcloristas catarinenses ligados à Subcomissão Catarinense de Folclore de Santa Catarina (que se transforma em Comissão Catarinense de Folclore), entre os anos de 1948 e 1958, sob as intervenções de seu maior intelectual Oswaldo Rodrigues Cabral. Já o texto seguinte, situa o movimento de institucionalização do folclore no Brasil com a criação, em 1947, da Comissão Nacional do Folclore. Discute como esse movimento se enraizou por meio das comissões regionais responsáveis pela criação de uma grande rede nacional de folcloristas, tomando como foco, a trajetória da Comissão Goiana de Folclore, criada em 1948. Para essa reflexão, analisa as correspondências epistolares trocadas entre os secretários dessa comissão regional e os da comissão nacional, procurando compreender “os percursos da construção do folclore como ‘campo intelectual’, por meio da subjetividade dos seus autores” e os seus propósitos finais.

O terceiro texto se propõe a refletir sobre a relação entre os festejos carnavalescos e o movimento folclorista, o que implica admitir as diferenças de perspectivas na constituição desses campos, embora as pretensões sejam demarcar o perfil da brasilidade, fincado nas expressões culturais populares. Porém, o foco do debate é o carnaval, festa que mobiliza foliões originários de estratos sociais diversificados e que vivencia processo de institucionalização, tendo como paradigma os carnavais brincados no Rio de Janeiro, projeto que se concretiza no período entre os anos 1934 e 1937. Esse debate configura um campo cultural à parte do movimento folclórico que se efetiva no Brasil, nas décadas seguintes, embora perseguindo os mesmos objetivos de conferir identidade ao país. Porém, a institucionalização dos festejos de Momo divide os folcloristas e torna-se mote de reflexão, se seria ou não festa folclórica cujo traço deveria se configurar por sua expressão cultural espontânea e popular, perfil que fora perdido com o processo de institucionalização.

Dando continuidade ao debate referente aos bens culturais que integram os patrimônios simbólicos e culturais do país, os demais textos do dossiê enfocam a emergência de experiências e de eventos distintos, como os de Fortaleza, que se expressam nos embates intelectuais sobre intervenções na vida da sociedade local e do país, nos registros do fotógrafo Rebêlo, de cenas e personagens do cotidiano de Recife e nas reafirmações e defesa da República ocorrida no Paraná, lidas em lembranças de seu cinquentenário. O primeiro assunto discute as movimentações desencadeadas por intelectuais, fora do centro irradiador da capital federal, Rio de Janeiro, que fizeram emergir a agremiação cultural “Padaria Espiritual”, criada em Fortaleza/CE, em 30 de maio de 1892, portanto, no início da República. Essa associação (1892/1898), que se notabiliza pela sua singularidade, agregou escritores que se empenharam em promover atividade artística e da imprensa, na capital cearense, com o objetivo de despertar na sociedade, o gosto pela arte, distinguindo-se de outras sociedades artísticas, mais formais (existentes na cidade desde 1870 do período imperial). Segundo entendiam, o objetivo era produzir “algo original e até mesmo escandaloso que repercutisse no gosto do povo”. Os seus temas e preocupações se voltavam em busca da brasilidade, colocando alternativa aos projetos de afrancesamento da nascente República brasileira. Ou, ainda, o texto que discute o patrimônio de Recife, das décadas de 1930 a 1940, sob a ótica do fotógrafo amador domingueiro, Francisco Rebêlo, em cujos registros imagéticos sobre aspectos cotidianos da cidade (capturados nos seus tipos populares e ações corriqueiras do dia a dia, no trabalho e nas vivências de seus habitantes) vão além de seu tempo. O último texto dessa seção, a “Comemoração do Cinquentenário do Cerco da Lapa”, também chamada de Revolução Federalista, celebrada em 1944, nas cidades de Curitiba e Lapa, discute a relação entre memória, comemoração e narrativa histórica, com o objetivo de problematizar a celebração cívica com base na atuação do “intelectual polígrafo” David Carneiro. A celebração do Cerco da Lapa, episódio em defesa da República, gerou eventos com o propósito de evitar a obliteração de seus ideais.

A seção “artigos” traz textos que abordam assuntos que vão dos caminhos percorridos pelo judiciário trabalhista e suas fontes aos embates da II Guerra Mundial. O texto inicial discute os embates ideológicos do cenário internacional referentes à II Guerra Mundial e ao papel desempenhado pela imprensa, ao trazer informações referentes aos anos 1930 e 1940, evidenciando a intensa batalha ideológica em torno dos ideais da democracia e do totalitarismo, que ocorreram naquela conjuntura, cujos embates foram além das trincheiras. O foco da análise são as representações sobre o bombardeio da Inglaterra pela Luftwaffe, publicadas nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo* que foram mobilizadas em nome de um projeto de país que estava articulado a uma determinada visão de mundo; o texto seguinte volta-se à reflexão sobre o uso das fontes do judiciário

trabalhista para delinear a trajetória de atuação do órgão ao longo de seu percurso, tomando como foco as demandas dos trabalhadores têxtil e metalúrgicos, de Juiz de Fora, de 1944 a 1974, referentes a dimensões diversas de suas relações de trabalho. A revista traz, ainda, textos que discutem a trajetória educacional, seus projetos e protagonistas, ao apresentar reflexões sobre a memória de formação e a construção de identidades dessas protagonistas, expressa no percurso de formação daqueles que são responsáveis por delinear o perfil dessa cultura escolar e suas significações. A seção acervos apresenta o texto que faz reflexões sobre diferentes aspectos que envolvem os acervos escolares e as possibilidades oferecidas para a reflexão de temas voltados à memória escolar, expressa na documentação guardada nessas instituições.

A seção “Resenha” discorre sobre o livro *O Tratado de Versalhes*, deixando antever que a memória de certos eventos que provocaram traumas ainda assombra os contemporâneos, apesar de serem acontecimentos distantes e de seus protagonistas já estarem ausentes do cenário das possíveis contendas pela memória, para fixar a leitura que se quer universalizada.

Para concluir essas reflexões do presente número de *Patrimônio e Memória*, a capa expõe a imagem de um Palhaço, fotografada e cedida por Pedro Henrique Victorasso, que materializa, valendo-se de um de seus devotos — um dos personagens da “Folia de Reis” —, celebração religiosa e ao mesmo tempo lúdica, que ocorre na cidade de Olímpia/SP, durante o ciclo natalino, cuja culminância dá-se no dia dos santos Reis, que festeja o nascimento de Cristo. A escolha pretende dialogar com os textos que discutem os significados dos bens culturais que, em dado momento, integraram o campo folclórico, ressignificado, na atualidade, sob a rubrica de bens culturais imateriais. Boa leitura !

Assis, 10 de dezembro de 2012.

Zélia Lopes da Silva - editor